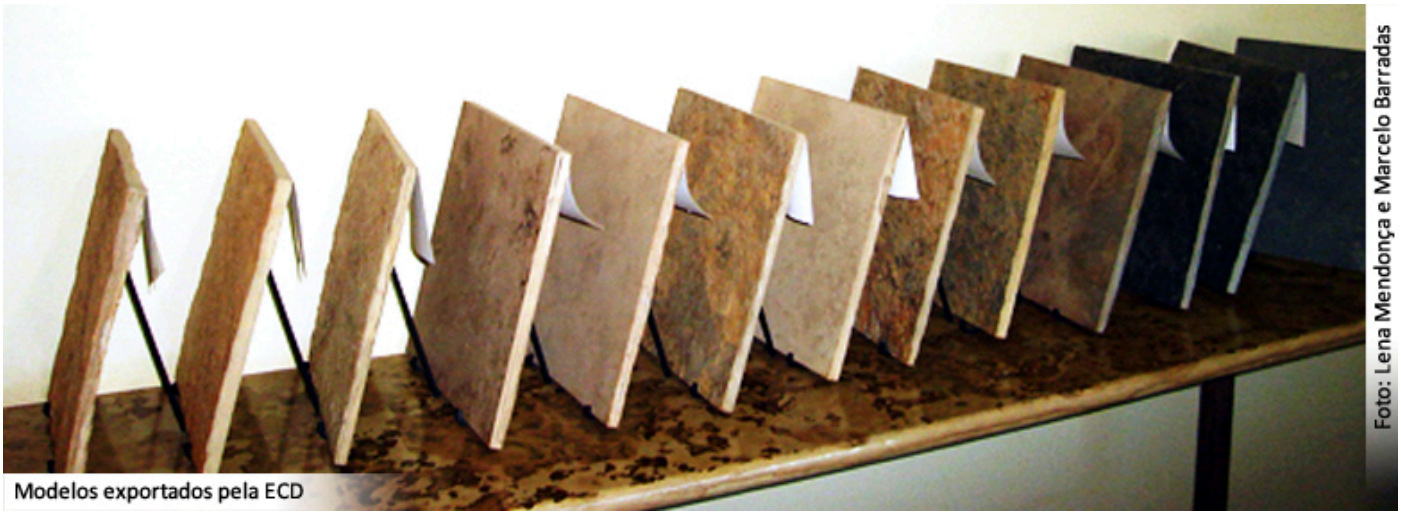


Modelos exportados pela ECD

Extração ilegal de rochas ornamentais gera danos em municípios do Piauí

DATA DE EDIÇÃO
18/02/2013

MUNICÍPIOS
PI - Castelo do Piauí
PI - Juazeiro do Piauí

LATITUDE
-5,3216

LONGITUDE
-41,5531

SÍNTESE

Nos municípios piauienses de Castelo do Piauí e Juazeiro do Piauí, a extração de rochas ornamentais ocorre de maneira artesanal e semimecanizada, por empresas, cooperativas e associações. A mineração é um dos poucos setores que geram oportunidades de emprego e renda na região, mas vem gerando vários impactos socioambientais, como conflitos por posse de terra.

APRESENTAÇÃO DE CASO

O potencial mineral do estado do Piauí começa a ser descoberto. Dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) mostram que 90% das empresas que estão explorando minérios no estado são de grande porte, especialmente no setor de metálicos. Nos últimos anos, tem crescido o número de empresas que chegam ao território piauiense e solicitam autorização para a exploração mineral (INFOMET, 2008).

O estado apresenta alguns minerais em quantidade considerável, como calcário dolomítico, atapulgita, vermiculita, opala, amianto, níquel, diamante e minerais radioativos (ALBINO, 2005). A produção de opala no município de Pedro II, por exemplo, coloca o Brasil como o único produtor da gema na América Latina (CEPRO, 2003 apud ALBINO, 2005).

Já os municípios de Castelo do Piauí e Juazeiro do Piauí constituem um dos principais polos de exploração de pedras ornamentais do estado, abastecendo o mercado local e alguns países da América do Sul e Europa (ALBINO, 2005). Em Castelo do Piauí ocorrem, ainda, “folhelhos” [rochas que possuem grãos do tamanho da argila] da formação Longá, comercializados para utilização como revestimento e piso, sendo conhecidos regionalmente como pedra de Castelo ou pedra de Juazeiro (IBGE, 1996 apud ALBINO, 2005).



Castelo de pedra que deu origem ao nome do município

Os dois municípios estão situados na mesorregião centro-norte piauiense e na microrregião de Campo Maior e são separados pelo rio Poti (ALVES, 2010), afluente do rio Parnaíba (ALBINO, 2005). Juntos têm uma extensão de 3.000 m², e em 70% deste território são encontradas rochas ornamentais (ALVES, 2010). Com 827 km² e 4.757 habitantes (IBGE, 2010a), Juazeiro do Piauí foi elevado à categoria de município em 1997, ao se desmembrar de Castelo do Piauí, fundado em 1938. Já Castelo tem 2.035 km² e 18.338 habitantes (IBGE, 2010b), majoritariamente localizados na área urbana (61%) (PORTAL ODM, 2010a). Nos municípios, a extração de rochas ornamentais é feita de maneira artesanal e semimecanizada por empresas, cooperativas e associações. A mineração é uma das poucas oportunidades de emprego e renda da região (ALBINO, 2005).

Uma das principais empresas que atuam na localidade é a ECB Rochas Ornamentais do Brasil, que se dedica à extração, beneficiamento e exportação de rochas

ornamentais, principalmente ardósias e quartzitos (ECB, 2007). A empresa, do Grupo Samaca, o maior de exportação de pedras ornamentais da Europa (RIBEIRO, 2009), também explora jazidas próprias no estado de Minas Gerais, o que lhe permite assegurar um fornecimento contínuo a seus clientes (ECB, 2007).

A ECB está em atividade mais precisamente na localidade de Fazenda Bonito, em Castelo do Piauí (ALVES, 2010), desde 1998, retirando uma média de 250 m2 de pedras por ano. A empresa beneficia as pedras e as exporta para Espanha, Chile, Argentina, Venezuela, México e Estados Unidos (RIBEIRO, 2009). A ECB detém autorização para explorar cerca de 80% da área dos municípios destinada à mineração (GOMES, 2011), o que corresponde a 52 mil hectares, em uma mina com capacidade de exploração para mais de 1000 anos. Após a retirada em grandes montanhas de até 10 metros, que vão se desfazendo durante as escavações, as pedras são levadas para galpões, onde são lavadas, cortadas, lixadas, polidas, enceradas e embaladas em caixotes para serem, posteriormente, usadas em revestimentos, pisos, piscinas e na produção de móveis. Por mês, saem de 10 a 15 contêineres de pedras do município (RIBEIRO, 2009), exportadas pelo Porto do Pecém, em Fortaleza (INFOMET, 2008).

Antes da chegada da ECB à região, a extração de pedras era feita de maneira bem rudimentar, sem técnica de extração, e as pedras não tinham bom valor comercial. Os trabalhadores alternavam a extração com atividades agrícolas. A empresa buscou alternativas para oferecer ao mercado pedras de beleza rara, com caráter exótico e exclusivo. Lançou, então, a pedra Morisca. O produto ficou conhecido no mercado mundial, passando a fazer parte de obras de grande porte espalhadas principalmente pelo continente europeu (MENDONÇA; BARRADAS, 2010).

No entanto, a ECB tem enfrentado problemas com moradores que realizam a atividade primária de extração (GOMES, 2011), os quais foram proibidos de trabalhar na área requerida pela empresa (MENDONÇA; BARRADAS, 2010). Os trabalhadores alegam que o “monopólio” da ECB tem prejudicado seu sustento e de suas famílias (GOMES, 2011) e descumprem a lei, invadindo áreas da empresa e extraindo as pedras de maneira incorreta, já que não possuem os equipamentos necessários. Muitos também extraem pedras de áreas de conservação ambiental permanente (MENDONÇA; BARRADAS, 2010).

A mineração em Castelo e Juazeiro do Piauí tem gerado vários impactos, como poluição sonora; pressão sobre áreas naturais, principalmente por se tratar de uma área de ecótono [área de transição ambiental], com elevada fragilidade ecológica; perda de biodiversidade; e alterações na paisagem natural (RIBEIRO, 2009; ALBINO, 2005; ALBINO; CASTRO, 2005). O setor também enfrenta problemas como a alta informalidade dos empreendimentos, a mineração em áreas não legalizadas ou sem licenciamento ambiental e a geração de rejeitos sem tratamento adequado (OLIVEIRA, 2010). Ambos os municípios registraram assoreamento de rios, queimadas e desmatamento. Castelo do Piauí apresenta escassez de água, e Juazeiro do Piauí sofreu redução de seu pescado (PORTAL ODM, 2010a; 2010b). Além disso, a mão de obra empregada no local possui pouca escolaridade e capacitação técnica insuficiente. Por essa razão, a produtividade e a qualidade dos bens minerais produzidos nos dois municípios tendem a ser menores (OLIVEIRA, 2010).



Exploração de rocha ornamental a céu aberto

A ECB alega que, desde 2001, possui Plano de Controle Ambiental (PCA) e Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o que lhe possibilitou a identificação de impactos gerados com a extração das pedras. Afirma ainda ter um plano de reflorestamento das áreas exploradas e adotar diversas medidas trabalhistas, como disponibilização a seus funcionários de transporte coletivo casa-trabalho e vice-versa; seguro de vida; duas refeições diárias na empresa; distribuição de cestas básicas; vale gás, entre outros. Segundo a empresa, são oferecidos também cursos profissionalizantes, como os de eletricidade e caixas de câmbio (MENDONÇA; BARRADAS, 2010).

Porém, um dos maiores problemas locais tem sido os conflitos por posse de terra (RIBEIRO, 2009; ALBINO, 2005; ALBINO; CASTRO, 2005). Em função de denúncias de conflitos registrados entre trabalhadores, empresários e proprietários rurais da região, o presidente da Câmara de Vereadores de Castelo do Piauí solicitou uma audiência pública, em março de 2009. O evento, realizado na Assembléia Legislativa do Piauí, reuniu empresários da indústria de mineração, tiradores de pedra, proprietários de terra, e órgãos públicos, como o DNPM, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Ministério Público Federal, Superintendência do Ministério do Trabalho, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semar), Instituto de Desenvolvimento do Piauí (Idepi), prefeituras, Câmaras de Vereadores de Castelo do Piauí e Juazeiro do Piauí, e sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Castelo do Piauí e Juazeiro do Piauí. Os trabalhadores e proprietários de terra fizeram várias acusações contra as indústrias de beneficiamento do quartzito, em especial à ECB (GOMES, 2009).

Por outro lado, a EBC alega haver empresas “piratas” que exploram mão de obra, pagando R$ 1,00 por pedra, cujo tamanho varia de 90 cm x 90 cm a 1 m x 80 cm, sem manter qualquer vínculo empregatício com esses trabalhadores (ALVES, 2010). Em maio de 2010, outra audiência pública foi realizada, em Juazeiro do Piauí, para debater a atividade minerária da região e encontrar soluções para a legalização dos trabalhadores informais. Durante a audiência, citou-se a Lei Ordinária nº 5.976, de 24 de fevereiro de 2010, que autoriza o Poder Executivo Estadual a celebrar convênio com a União Federal, através do DNPM, para a concessão de 10 mil hectares de área, destinada à exploração de recursos minerais no subsolo dos dois municípios, para fins exclusivamente sociais. No entanto, os trabalhadores informais, mesmo sabendo que existem áreas que ainda não foram exploradas na região, continuavam a querer as áreas requeridas pela ECB (MENDONÇA; BARRADAS, 2010).

A empresa alega que o aumento da ilegalidade na extração de pedras nos municípios fez com que tivesse uma queda em sua representação nas exportações do estado. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), as exportações da pedra de Castelo do Piauí já representaram para o estado, em 2007, mais de US$ 4 milhões de dólares. No mesmo ano, o Piauí arrecadou com as exportações US$ 56 milhões. Nos anos de 2004/2005, a ECB chegou a ficar entre as cinco principais empresas exportadoras do estado. No entanto, em 2009, as exportações da empresa representaram apenas US$ 2,98 milhões, do total de US$ 167,47 milhões arrecadados. A extração ilegal de pedras na região associada à crise financeira mundial, em 2010, levou a ECB a diminuir também seu quadro funcional, que ficou reduzido a apenas 70 pessoas (MENDONÇA; BARRADAS, 2010).



Etapa de preparação da rocha para exportação

Para tentar coibir as invasões em suas áreas e organizar a extração das pedras na região, a ECB doou, em 2008, uma área de 5 mil hectares para a Cooperativa dos Extratores de Pedras da Localidade de Santo Antônio da Estação (Cooepsae). Entretanto, a ação teve um resultado negativo. Os responsáveis pela extração ilegal passaram a comprar pedras da cooperativa para, de posse da nota fiscal, “esquentar” a origem das pedras extraídas ilegalmente (MENDONÇA; BARRADAS, 2010).

Numa tentativa de solucionar o problema, em janeiro de 2011, o governador do Piauí assinou decreto, autorizando a celebração de convênio entre o Governo do Estado e a União Federal, cedendo aos trabalhadores 10 mil hectares para lavra e exploração de recursos minerais no subsolo de Castelo e Juazeiro. O governo pretende, ainda, oferecer equipamentos para melhorar a forma como é feita a exploração mineral, adequando a região para que os trabalhadores possam realizar a extração e não precisem invadir áreas já regulamentadas. Cerca de 100 famílias devem ser beneficiadas com o decreto governamental (GOMES, 2011).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Os municípios de Castelo do Piauí (latitude 5°19'18''S e longitude 41°33'11''W) e Juazeiro do Piauí (latitude 5°10'26''S e longitude 41°42'14''W) estão localizados na microrregião de Campo Maior, centro-norte do Piauí. Ambos são banhados pelo rio Poti, na bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINO, Rigoberto Sousa. Florística e fitossociologia da vegetação de cerrado rupestre de baixa altitude e perfil socioeconômico da atividade mineradora em Castelo do Piauí e Juazeiro do Piauí, Brasil. Teresina/PI, 2005. 123f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí. Disponível em: http://www.ufpi.br/mestambiente/index/pagina/id/2522. Acesso em: 20 nov. 2010.

ALBINO, Rigoberto Sousa; CASTRO, Antonio Alberto Jorge Farias. Levantamento florístico e estrutural de um cerrado rupestre de baixa altitude localizado no entorno de áreas de mineração no município de Castelo do Piauí, Piauí, Brasil. Resumo. In: Reunião Nordestina de Botânica. Teresina/PI, 2005. Disponível em: http://www.bioten.bio.br/images/pdf/3RelatorioSitio10PELDAbr2005.pdf. Acesso em: 20 nov. 2010.

ALVES, Heraldo. Castelo do Piauí, um paraíso de pedras. In: Portal Meio Norte, 12 fev. 2010. Disponível em: http://www.meionorte.com/heraldoalves/castelo-do-piaui-um-paraiso-de-pedras-115856.html. Acesso em 02 fev. 2011.

ECB, Rochas Ornamentais do Brasil. A empresa. 2007. Disponível em: http://www.ecb.ind.br/interno.php?Conteudo=empresa. Acesso em: 22 nov. 2010.

GOMES, Erinaldo. Assembléia Legislativa realiza audiência pública sobre extração de pedras. In: Blog Juazeiro do Piauí, 01 abr. 2009. Disponível em: http://www.meionorte.com/juazeirodopiaui/data/2011-2-5/pg/4. Acesso em: 02 fev. 2011.

_____. Governo do Estado cede 10 mil hectares para colonos explorarem minas de pedras em Castelo e Juazeiro do Piauí. In: Blog Juazeiro do Piauí, 14 jan. 2011. Disponível em: http://www.meionorte.com/juazeirodopiaui/governo-do-estado-cede-10-mil-hectares-para-colonos-explorarem-minas-de-pedras-em-castelo-e-juazeiro-do-piaui-150620.html. Acesso em: 03 fev. 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca IBGE. Juazeiro do Piauí. 2010a. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/piaui/juazeirodopiaui.pdf. Acesso em: 22 nov. 2010.

_____. Castelo do Piauí. 2010b. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=220260&r=2. Acesso em: 02 fev. 2011.

INFOMET, Piauí não possui controle da exploração mineral. In Rede APL Mineral, 11 jul. 2008. Acesso em: 02 fev. 2011. Disponível em: http://www.redeaplmineral.org.br/noticias/destaque-3/piaui-nao-possui-controle-da-exploracao-mineral/. Acesso em: 02 fev. 2011.

MENDONÇA, Lena; BARRADAS, Marcelo. Mesmo cumprindo a lei, a ECB continua na mira das invasões. In: Portal 180 graus, 08 mai. 2010, pg. 1-10. Disponível em: http://180graus.com/geral/mesmo-cumprindo-a-lei-o-ecb-continua-na-mira-das-invasoes-324592.html. Acesso em: 20 nov. 2010.

OLIVEIRA, José Marcos F. de. Situação atual dos APLs de base mineral. Ministério de Minas e Energia. In: Workshop recursos minerais e sociedade do Centro de Tecnologia Mineral. Rio de Janeiro/RJ, jul. 2010. Disponível em: http://www.cetem.gov.br/workshop/apresentacoes/JOSE_MARCOS/OLIVEIRA_2010_ATUACAO_%20GOVERNAMENTAL_NAS_APLS.pdf. Acesso em: 20 nov. 2010.

PORTAL ODM. Acompanhamento municipal dos Objetivos do Milênio. Relatórios Dinâmicos, Castelo do Piauí (PI), 2010a. Pg. 1-9. Disponível em: http://www.portalodm.com.br/relatorios/pi/castelo-do-piaui. Acesso em: 19 nov. 2010.

PORTAL ODM. Acompanhamento municipal dos Objetivos do Milênio. Relatórios Dinâmicos, Juazeiro do Piauí (PI), 2010b, pg. 1-9. Disponível em: http://www.portalodm.com.br/relatorios/pi/juazeiro-do-piaui. Acesso em: 19 nov. 2010.

RIBEIRO, Efrém. Mineradora de Castelo do Piauí produz rochas ornamentais exportadas para todo o mundo e que oferece empregos para operários que voltaram desempregados. In: Portal Meio Norte. Castelo do Piauí/PI, 01 nov. 2009. Disponível em: http://www.meionorte.com/meunovopiaui/mineradora-de-castelo-do-piaui-produz-rochas-ornamentais-exportadas-para-todo-o-mundo-e-que-oferece-empregos-para-operarios-que-voltaram-desempregados-105763.html. Acesso em: 19 nov. 2010.